

PANORAMA DA MINERAÇÃO NO ESTADO DA BAHIA: DE 2013 A 2017

Galo, D.B.¹; Santos, J.B.¹; Oliveira, A.C.¹; Rocha, J.O.S.¹
Agência Nacional de Mineração¹

RESUMO: A Bahia figura como um dos principais estados mineradores do país, apresentando grande diversidade mineral, elevado número de títulos minerários, além de projetos promissores que se encontram nas fases de pesquisa mineral e requerimento de lavra. O presente trabalho tem como objetivo apresentar o panorama da mineração no estado considerando os últimos cinco anos. Para isso, foram analisados dados quantitativos coletados dos sistemas de Cadastro Mineiro e Relatório Anual de Lavra (RAL) que fornecem o número de requerimentos de pesquisa, lavra, Guias de Utilização e Registro de Licença apresentados ao extinto Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, que atualmente foi substituído pela Agência Nacional de Mineração-ANM. No período de 2013 a 2017 foram protocolizados no estado 12.178 requerimentos de pesquisa, sendo que destes, 99% foram aprovados. Neste mesmo período foram apresentados 5.256 relatórios de pesquisa, sendo 13% a parcela referente aos relatórios finais aprovados. No que se refere ao requerimento de lavra, foram solicitados 575 requerimentos, com 69 Portarias de Lavra publicadas, o que corresponde a 12% desse total. Os dados demonstram que no máximo 1% dos requerimentos de pesquisa solicitados no período chegaram à fase de Concessão de Lavra. Em consequência disso, muitas minas no estado estão sendo lavradas por meio de Guia de Utilização, apesar da limitação de produção e caráter temporário impostos pelo referido título minerário. A grande maioria das Guias deferidas foram para rochas ornamentais e substâncias de uso direto na construção civil, contabilizando em 84% do total de Guias emitidas no período estudado. Também se verificou no mesmo período um total de 1.011 requerimentos de registro de licença, com 504 títulos outorgados nesse mesmo regime, que é específico para substâncias usadas diretamente na construção civil. De 2013 a 2017 foram arrecadados um total de R\$ 205 milhões em CFEM no estado da Bahia, perfazendo 2% da arrecadação nacional, ocupando a quinta posição dos estados que mais arrecadaram CFEM no período avaliado. No ano de 2017, a arrecadação de CFEM foi entorno de 20% maior em relação ao ano de 2016, o que mostra uma possível recuperação do setor, resultante do retorno das atividades de empresa de grande porte do setor de mineração no estado. Entretanto, em comparação com a arrecadação de 2013, 2017 apresentou uma retração de aproximadamente 16%, acompanhado por uma redução de aproximadamente 30% no total de requerimentos de pesquisa mineral na Bahia. Os números refletem a crise econômica do país tendo como uma das principais causas a queda do preço das commodities no mercado internacional, redução da produção nas mineradoras de grande porte, logística de escoamento de minérios precária, difícil cenário político do país, insegurança jurídica gerada pelas propostas de mudanças no Código de Mineração, além de problemas intrínsecos relacionados ao extinto DNPM, quais sejam: quantitativo insuficiente de pessoal e uma infraestrutura deficiente. Ademais, no período analisado, grandes empresas do setor tiveram problemas operacionais relacionados a acidentes, exaustão de suas reservas, dentre outras situações desfavoráveis ao crescimento do setor.

PALAVRAS-CHAVE: MINERAÇÃO, ECONOMIA, BAHIA.